

Contabilidade Internacional: International Financial Reporting Standard - IFRS

Pablo Luiz Martins
pablo@ufs.br
UFSJ

Bruno Dourado de Lima
UFSJ

Gabryelle de Cássia Azevedo Mendonça
UFSJ

Gustavo de Oliveira Vilela
UFSJ

Rodrigo de Oliveira Borges
IPTAN

Resumo: O IFRS está sendo muito discutido atualmente no Brasil, pois pode trazer impactos as organizações além de sua implantação necessitar de uma grande capacitação das empresas de capital aberto. O objetivo é dar informações sobre a posição financeira, os resultados e as mudanças na posição financeira de uma entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários (investidores, empregados, fornecedores, clientes, instituições financeiras ou governamentais, agências de notação e público) em suas tomadas de decisão. A conversão para o IFRS exige o estabelecimento de algum tipo de cronograma que possibilite uma transição cuidadosa, resultando assim em uma estrutura sustentável de elaboração de informações financeiras com base nesse novo modelo contábil. Faz-se necessário também a implantação de um plano de treinamento e comunicação de médio e longo prazo para os interessados. Tendo por base a experiência da União Européia, é possível que a aplicação se torne um processo demorado. Isso pelo fato: das demonstrações financeiras comparativas que serão exigidas e da implementação de natureza retrospectiva. A elaboração de um plano pode ajudar a organização com as mudanças que estão chegando. Elas já devem buscar tirar vantagens das oportunidades de converterem seus relatórios financeiros para o IFRS. Os líderes das áreas-chave das organizações deverão promover o aumento da conscientização sobre o IFRS, a avaliação das capacitações da empresa e um planejamento para melhor abordagem.

Palavras Chave: Mudanças - Finanças - Norma Internacional - Controle -

1. INTRODUÇÃO

O mundo todo está a caminho da convergência contábil. Publicadas pelo International Accounting Standards Board (IASB), as normas descritas no International Financial Reporting Standards (IFRS), que padronizam a contabilidade já são adotadas por mais de 100 países. Tais normas implicam na preparação de demonstrações financeiras com mais julgamento e menos diretrizes baseadas em regras detalhadas. Esse movimento de convergência, apesar de bastante vantajoso, traz consigo muitos desafios. As companhias abertas e as instituições financeiras que atuam no Brasil, por exemplo, tiveram que agilizar seu trabalho para apresentar as demonstrações financeiras de acordo com o IFRS já a partir de 2010. Para elas, ajustar-se a tal modelo representava mais do que uma obrigatoriedade. Apresentava-se ali uma grande oportunidade de se integrar à nova linguagem internacional contábil e, assim, ampliar o entendimento das demonstrações financeiras por parte de investidores, órgãos reguladores internacionais e todos os agentes do mercado.

2. IMPLICAÇÕES DE UMA TENDÊNCIA GLOBAL CADA VEZ MAIS ACELERADA

O movimento de convergência para as normas internacionais contábeis está se desenvolvendo de forma rápida e acelerada. Podemos destacar alguns recentes acontecimentos marcantes no processo de convergência para o IFRS no Brasil. São eles:

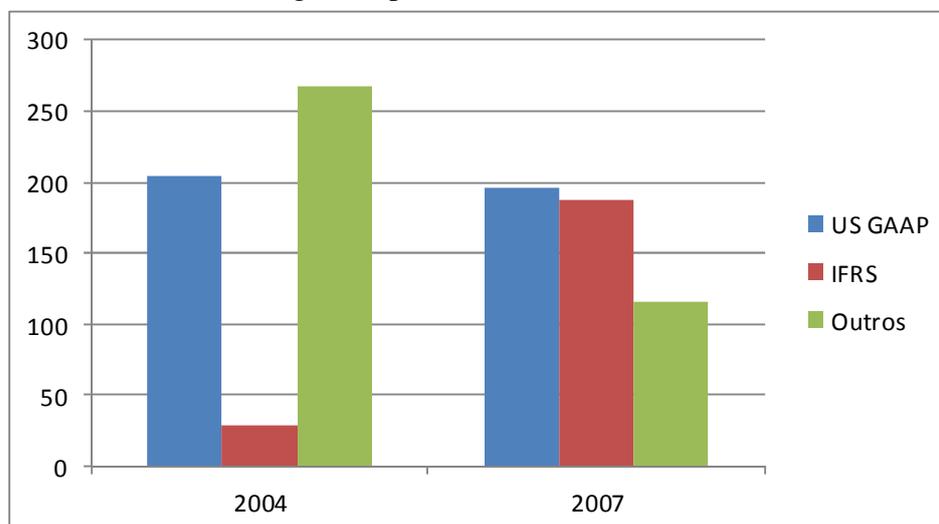
- A regulamentação de governança corporativa pela Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), que requer que companhias listadas no nível II e no Novo Mercado apresentem suas demonstrações financeiras conciliadas com o IFRS ou com os Generally Accepted Accounting Principles in the United States (US GAAP), que são os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos;
- A determinação, por parte da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e através da instrução nº 457/07, em que as companhias abertas deveriam, a partir do exercício findo em 2010, apresentar suas demonstrações financeiras consolidadas adotando as normas do padrão de contabilidade internacional;
- A emissão do comunicado 14.259/06, pelo Banco Central do Brasil (BC), exigindo que as demonstrações de instituições financeiras sejam articuladas de acordo com o IFRS a partir de 2010;
- Aprovação da eliminação da exigência de empresas estrangeiras listadas nas bolsas norte-americanas (Foreign Private Issuers – FPIs), que preparam demonstrações financeiras em IFRS, fazerem a reconciliação com os US GAAP, medida tomada em novembro de 2007, pela United States Securities and Exchange Commission (SEC), órgão equivalente à CVM no Brasil;
- A Lei nº 11.638/07, que acelera o processo de convergência entre as práticas contábeis adotadas no Brasil com o IFRS.

Atualmente, o IFRS é usado na elaboração de relatórios e demonstrações financeiras em mais de 100 países e essa convergência só tende a crescer. Pode-se perceber, pelo gráfico a



seguir, que até o final de 2011, empresas do mundo inteiro, inclusive nos Estados Unidos, poderão ter adotado o IFRS por opção ou por exigência de norma para divulgação de informações financeiras.

Global Fortune 500 migrando para o IFRS



Fonte: <<http://www.iasplus.com/americas/0902brazilpracticalguide.pdf>>

3. BENEFÍCIOS DA ADOÇÃO DO IFRS

As empresas brasileiras que atuam também, de alguma forma, no mercado externo precisam, geralmente, preparar vários conjuntos de demonstrações financeiras para atender às normas contábeis dos diferentes lugares, o que acaba por ser uma tarefa bastante difícil.

A grande incidência de realização de negócios com países distintos levou as empresas brasileiras, assim como muitas outras, a terem um maior interesse em compreender e aplicar o IFRS, assim como a adoção de um padrão contábil e seus conseqüentes benefícios.

Complexidade reduzida, maior transparência, comparabilidade e eficiência são alguns dos benefícios da adoção do IFRS. Os investidores vêem o uso do IFRS como uma oportunidade de melhor e mais eficaz perspectiva comparativa entre empresas de diversos setores globais. Permite, ainda, maior facilidade no acesso de empresas e investidores a mercados múltiplos ou estrangeiros, o que pode estimular os investimentos e facilitar o fluxo de capital entre os países.

A simplificação da divulgação de relatórios financeiros, por meio da padronização global das normas contábeis, irá eliminar sistemas contábeis divergentes e possibilitará maior coerência das demonstrações, reduzindo os custos, aumentando a eficácia operacional e diminuindo erros resultantes da má aplicação das normas.

4. PREPARAÇÃO INICIAL

Os diretores das organizações precisam entender por completo o “quadro geral” dos itens para que possam ter uma compreensão do “choque” que a alteração para o IFRS causará em suas empresas. Essa representação ajudará a indicar a abordagem para o controle de elementos de grande importância, a fazer uma avaliação da situação atual da organização e analisar para encontrar as preferências para penetrar o crescimento da estratégia de transição para o IFRS. Essa fabricação é o ultimo estágio em que os diretores das empresas conseguem uma informação do tipo de alteração que a empresa pode aguardar quando chegar o momento de aplicar o IFRS.



A mudança para o IFRS não adiciona apenas a alteração das políticas de contabilidade. Ela causa um “choque” em toda a empresa, incluindo os sistemas de dados para os estudos iniciais das demonstrações de finanças, controles internos, tributos, etc. Essa mudança requer alterações que inclui os empregados da empresa, processos e sistemas, mas se for estudada e administrada da maneira certa, ela irá poder trazer melhoras substanciais no cumprimento das atividades financeiras, nos controles e abaixar os gastos. Para que a conversão ocorra de maneira satisfatória, é de grande importância que o impacto do IFRS sobre diversos pontos da organização sejam bem controlados e estudados.

5. ASPECTOS CONTÁBEIS

Os gerentes de finanças e chefes contábeis precisam ter atenção redobrada aos desafios que irão encontrar no percurso de alteração do BR GAAP para o IFRS. Além das divergências medidas entre as duas regras contábeis, as organizações irão precisar levar em conta:

- Princípios versus regras:

A escolha de modelos baseados em princípios irá exigir uma alteração na maneira de se pensar e na abordagem que irá se adotar. O IFRS possui menos normas com detalhes e em estado normal, exige um julgamento mais profundo para se saber como contabilizar essa ação. A grande relevância é dada a substancia das ações. Analisar se os dados financeiros mostram o momento econômico atual e ter certeza de que ações e transações parecidas sejam contabilizadas com raciocínio coerente. São passos de grande importância para solucionar o tratamento certo segundo o IFRS. As organizações irão precisar ter certeza de que suas escolhas a respeito das praticas do IFRS e que suas adequações sejam embasadas e documentadas, para serem usadas no caso de alguma contestação. Os gerentes financeiros de organização do Brasil mostradas nas bolsas dos EUA precisam lembrar que irão ter de exibir certificados das demonstrações financeiras criadas com base no IFRS normalmente expostas à SEC (Comissão de Valores Mobiliários) no formulário 20-F.

- Considerações de aplicação:

As divergências contábeis entre o IFRS e o BR GAAP passarão por uma variação. Algumas divergências terão grande importância, outras irão poder ser identificadas nos detalhes ou irão depender do setor de atividade da organização. As opções contábeis precisam passar por uma avaliação a partir de uma representação mundial – não apenas com olhares a fundação de uma política, mas também em dispensas voluntariosas e dever com relação à adequação retroativa do IFRS, previstas nas normas do IFRS.

- Considerações de valor justo:

As idéias sobre valor justo são na atualidade pouco disseminadas e adequadas pelas organizações do Brasil para fins de registro de mudanças e manutenção de resultados de ativos e passivos no BR GAAP. Já o IFRS tem cerca de 19 proclamações contábeis olhando a determinação e reconhecimento de conversões monetárias e não monetárias de valor justo, com grande adequação no território do Brasil. A determinação de passivos e ativos é uma atividade complexa, ainda mais quando os valores destes ativos e passivos não possuem disponibilidade ou cotados no mercado de ativos. A escolha do critério de avaliação mais correto e das suas idéias a serem usadas irá depender bastante de julgamentos e poderá encaminhar mais volatilidade aos resultados da organização. As empresas deverão antecipar-se na avaliação e determinação dos possíveis “choques” que uma contabilidade de valor justo pode trazer ao dia-a-dia dos resumos das finanças.



- Considerações sobre conversão e convergência:

Essas duas palavras são parecidas, porém possuem significados diferentes. Conversão é a mudança geral para um novo grupo de regras de contabilidade; convergência é um novo relatório dado a uma regra contábil de cada vez. O que as pessoas por acaso não compreendem é que conversão e a convergência podem aparecer em momentos diferentes. A partir do ano de dois mil e dez, organizações do Brasil de capital aberto, instituições de finanças e seguradoras terão a obrigação de criar demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS. No entanto, algumas empresas mencionadas na Bovespa nos estados diferenciados de governança de corporações são obrigadas a exibir suas demonstrações de finanças por completo em conformidade com IFRS ou criadas em conformidade com BR GAAP com reacomodação ao IFRS ou US GAAP dentro de dois anos depois de tornar-se uma organização de capital aberto. Enquanto essas organizações estão no caminho de mudança para o IFRS até 2010, o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) tem um planejamento bastante agressivo para criar novas regras de contabilidade no Brasil em acordo com IFRS até 2010, como consequência da Lei 11.638/07. Portanto, o restante das organizações do Brasil irão ser participantes fluentes na convergência das experiências contábeis em território brasileiro com IFRS nos anos seguintes. Dessa maneira, todas as organizações irão precisar se planejar para as datas de conversão e convergência.

- Considerações relativas à primeira adoção:

A IFRS 1 propõe exclusões em razão da necessidade de acordo com alguns aspectos do IFRS na implementação inicial, em que o gasto irá poder passar potencialmente as vantagens dos praticantes das demonstrações financeiras. As exclusões existem em muitos locais, como na disposição de negócios e determinados itens da contabilidade de instrumentos de finanças. As organizações irão precisar determinar quais exclusões são mais adequadas.

As organizações precisam começar a entender as áreas significativas das divergências entre o IFRS e o BR GAAP. Algumas irão exigir pequenas alterações e outras irão trazer impactos em muitas políticas contábeis da atualidade. Alguns locais contábeis irão precisar de políticas diferentes para o IFRS quando estudadas em comparação com o BR GAAP devido à clara diferença entre as regras. Em outras áreas poderá acontecer ou não divergências, dependendo das opções escolhidas em que a organização fizer de acordo com o IFRS. A análise dessas diferenças e a escolha do nível de esforços necessários pela empresa para abordar essas alterações são passos de grande importância no crescimento de uma estratégia para a aplicação do IFRS.

6. ASPECTOS FISCAIS

Será importante que os executivos das áreas de finanças e tributos entendam as consequências fiscais do IFRS. As considerações de mais importância são:

- Prazo de conversão:

Terá que ser encaixado em qual for o plano para aplicar o IFRS, o acompanhamento dos desenvolvimentos que irá se referir às normas da contabilidade para ser emitidas pelo CPC nos anos seguintes, assim como as diretrizes aguardadas pela Receita Federal sobre a manipulação de algum caso que possa surgir de tratamentos com diferenças para os fins tributários. Existirão ainda modificações no processo de criação das demonstrações financeiras e também das declarações obrigatórias do imposto de renda poderá acontecer em duas fases: em primeiro lugar, a escolha de uma norma da contabilidade que foi resultada de um plano de convergência em execução pelo CPC, e conseqüentemente em segundo lugar, a conversão para a norma internacional nº12 usada pela contabilidade, imposto de renda (IAS 12), em detrimento às normas atuais usadas pela contabilidade brasileira, como resultado final



da adoção completa do IFRS nos modelos de companhias da CMV (de capital aberto), seguradoras e instituições financeiras a partir de 2010.

- Diferenças na contabilização do imposto de renda:

Além de o BR GAAP e também o IAS 12 terem muito em comum, os dois modelos possuem algumas diferenças. Ainda irão existir algumas áreas de diferenças, como posições fiscais, no caso incertas, impostos adiados relativos pagamentos por causa de ações e alguns aspectos de acontecimentos de fusão e aquisição.

- Métodos de contabilidade tributária:

As organizações que mais usufruírem dos benefícios oferecidos pela aplicação do IFRS irá tratar esse trabalho como mais do que uma atividade na adaptação do IAS 12. A análise e a contabilização de possíveis passivos e ativos diferidos e juntos às divergências entre a contabilidade fiscal e o modelo IFRS irão resultar em um enorme esforço e provavelmente irão exigir grandes mudanças nos processos e modelos usados para a criação de declarações de IR (Imposto de Renda) e a contabilização de possíveis impostos que foram adiados. Além disso, olhando do ponto de início de grande parte das jurisdições mundiais (inclusive em território brasileiro) para a contagem da receita tributável é o lucro anterior aos tributos selecionados segundo a legislação societária, ajustados pelas somas e subtrações já anunciadas na legislação tributária, as organizações devem avaliar com grande cautela os impactos referentes às adaptações de mudança para o IFRS da visão fiscal, tendo em vista possíveis questionamentos.

- Planejamento tributário:

Os planos de trabalho tributários mundiais ou em locais específicos podem ser revistos para tratar as potenciais alterações juntas aos cronogramas do ato de converter em praticamente todas as jurisdições mundiais, bem como abraçar os novíssimos pronunciamentos em boa combinação com o IFRS que estão na fase atual em método de discussão ou que irão ser emitidos pela Comissão de Pronunciamentos Contábeis, tendo em vista a plena transformação do IFRS para finais societários. Um exemplo, a estruturação tributária que tem relação ao IFRS precisa levar em consideração as alterações globais nas taxas efetivas de tributos que irá poder ser mostrado como um resultado subsequente:

- Imposição, numa série o IAS 12, o ato de preferência pelo BR GAAP para esclarecimento de tributos tanto correntes como adiados, no acontecimento de venda de estoque e outras contas de ativo entre empresas coligadas.
- A imposição do IAS 12 para ser reconhecido o tributo adiado sobre os movimentos ondulatórios da taxa de câmbio nas desavenças temporárias de subsidiárias do exterior que fazem uso do real como a moeda de funcionalidade.
- A mudança para o modelo IFRS irá poder causar impacto nas bases do cálculo de lucros e custos que foram utilizados suportar planejamentos de preços do efeito de transferir. Esses planejamentos, modelos e os princípios de avaliação irão poder requerer transformações ou atualizações para fugir das conseqüências negativas.
- O ato de converter para o IFRS irá poder também causar impacto no cálculo da base de controle em suas subsidiárias do exterior, e com isso, causar influencia nos planejamentos de repatriamento de todo o fundo de dinheiro e dividendo.

A ordenação certa precisa envolver um estudo detalhado dos resultados fiscais tanto antes quanto depois da aplicação do IFRS.

A mudança para o IFRS é um fenômeno mundial. A partir do momento em que as leis fiscais de cada localidade forem fundamentadas em normas contábeis, potencialmente irá ocorrer um choque correspondente nos símbolos fiscais de uma subsidiária em outra jurisdição. Em outras nações, como Canadá, EUA e Japão estão sendo desenvolvidos diversos projetos para tender suas regras com as do IFRS. Toda vez em que alguma regra contábil de alguma localidade ou mundial é alterada os símbolos fiscais das organizações encontradas nessas jurisdições acabam sofrendo impactos.

Um estudo fiscal tendo base o IFRS poderá encontrar estados fiscais e jeitos de contabilidade tributária em que podem acontecer colisões devido às alterações das regras de criação de relatórios financeiros. Os especialistas da área fiscal precisam levar em consideração a transmissão de um estudo de impacto de grande nível que figure as potenciais alterações na provisão para tributo de renda nas áreas subseqüentes:

- IR corrente;
- IR diferido;
- Tributos indiretos;

Com base nas conseqüências desse estudo, as organizações podem começar a avaliação do choque da aplicação do IFRS nos processos fiscais e tecnologia.

Outro caminho de grande importância para a aplicação do IFRS envolve a análise de questões da escolha em primeira estância, como as decisões de conversão disponíveis nas normas fiscais de passagem e outras regras contábeis do IFRS que possam proporcionar um impacto. Elaborar uma lista com os acontecimentos fiscais e organizar as oportunidades, criando um planejamento de abordagem aos assuntos tributários de mudança para o IFRS, serão de grande importância para tomar para si as despesas fiscais relacionadas e os ganhos associados dessa conversão. Depois de tudo isso, um plano feito com muita cautela irá ajudar a dar prioridade e congregarem-se as questões fiscais de grande importância no cronograma geral dessa transformação.

7. PROCESSOS INTERNOS E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS FINANCEIROS

Existe a possibilidade de que a escolha de apenas um padrão mundial de regras contábeis como o IFRS tenha como conseqüência um rendimento satisfatório e melhoras dos sistemas internos das organizações. Para que isso aconteça, vários projetos de criação de relatório precisarão ser analisados. As considerações incluem:

- Fechamento e consolidação:

É possível que a escolha do IFRS possa exigir uma alteração no planejamento de contas contábil para ter certeza de que essas informações pertencentes sejam apropriadas. Acontecendo isso, poderá inserir uma alteração nos processos da atualidade de consolidação da corporação ou na convenção da data do encerramento de contas.

- Relatórios da administração:

É possível também que as métricas que forem usadas para se ter uma medição o comprimento nos registros da administração sofram impactos pela alteração do padrão contábil. KPIs (métricas usadas como base para medir o desempenho nos relatórios da

administração) como receita por ação e EBITDA podem não ser iguais quando avaliados de acordo com o IFRS. Também pode acontecer de por acaso precisar de se trabalhar em uma nova métrica para determinar a medida do desempenho e fazer uma comparação com os indicadores dos adversários.

- Jurídico:

A escolha do IFRS pode causar impacto no presente em contratos da organização. Vários deles, também acordos com fornecedores, fregueses, relativos a de dívidas, precisam passar por uma revisão para se ter a garantia de que o tratamento contábil fique alinhado com o IFRS. Algum desses acordos irão poder pedir uma exigência de renegociação ou outras alterações, caso suas normas impliquem conseqüências negativas ou que não eram esperados quando passassem por uma contabilização de acordo com o IFRS. Para causar uma melhora na eficácia desde processo, a área jurídica das organizações precisa ser envolvida no processo de aplicação. A elaboração de um banco de dados dos acordos para se ter uma monitoração de eventuais conseqüências também irá ser um caminho de grande importância neste processo de mudança.

- Outros controles internos:

A alteração para outra base contábil, incluindo o intercâmbio de normas para princípios e mudanças nos sistemas financeiros, irá impactar o interior do ambiente de controle. Esses documentos irão precisar passar por uma atualização e os processos serem implementados, a fim de acabar com possíveis riscos.

- Relatórios Societários:

Para várias organizações do Brasil com atuações mundiais, os relatórios de finanças com base no IFRS já fazem parte de um momento real em algumas subsidiárias. Diversas vezes, os relatos têm sido em primeiro lugar completados em alguns locais, recebendo não muita atenção da corporação. No entanto, no ambiente do IFRS, a potencialidade para a escolha de um grupo coerente de regras contábeis usados a diversos locais provoca a necessidade de acomodação sólida em toda a empresa – o que também se faz a chance de se criar um padrão e de centralizar a criação dos relatórios da sociedade.

Fazer uma relação das obrigações para criação das demonstrações financeiras segundo o IFRS nas unidades de empreendimento e nas subsidiárias, com a intenção de ficar sabendo em qual medida as regras do IFRS já estão sendo usadas ou o quanto ainda irão poder ser usadas, e saber quais são os recursos que tem disponibilidade dentro da empresa para se ter um apoio do esforço de se implementar o IFRS, será de grande importância fazer uma avaliação do grau de consistência em que a política contábeis com base no IFRS serão usadas.

8. INFRAESTRUTURA DE SISTEMAS DE TECNOLOGIA (TI)

As alterações nas políticas de contabilidade e nos processos de resumos financeiros também podem ter um choque de grande significação nos sistemas financeiros e na infraestrutura que se necessita para a criação de relatórios da organização. Essas alterações podem exigir possíveis mudanças nas interfaces que existem e nos bancos de dados subjacentes para congregarem-se informações específicas para sustentar a prestação de dados financeiros segundo o IFRS. Os gerentes financeiros irão precisar trabalhar com seus parceiros de TI na inspeção dos sistemas em razão das incompatibilidades do IFRS. As informações chave incluem:

- Sistemas upstream:



Em várias oportunidades, a mudança do BR GAAP para o International Financial Reporting Standards pode levar na exigência de resumos suplementares para áreas com uma dificuldade elevada quanto às tributárias, de artigos financeiros de formas de se pagar com base em ação e ativos fixados, entre outros. Pode ser também necessários não apenas ajustes no sistema para lidar com essas áreas, no entanto as alterações das interfaces no meio desses sistemas e a razão geral. Uma vez em que esses conhecimentos são adquiridos através do serviço de planilhas de alta dificuldade, a escolha do IFRS pode ser usada como um imã de chances para resultar melhoras nos sistemas e processos.

- Razão geral:

A mudança para o IFRS pode obrigar alterações no planejamento de contas e alterações para adaptar informações específicas exigidas por esse modelo de contabilidade. Além disso, passando a mudança para o IFRS, o balancete provavelmente irá precisar apropriar vários livros de contabilidade neste processo de mudança irá demandar um plano. No entanto, a um prazo distante, as mudanças podem dedicar chances de se simplificar os sistemas de resumos ao reduzir a quantidade de razões em geral antes exigidas.

- Banco de dados:

Os sistemas da atualidade podem não apresentar a qualidade funcional para tratar com as obrigações do IFRS, e com isso, os itens relativos a dados financeiros precisam ser identificados, e o choque desde requisitos sob os modelos de informações existentes precisa ser estudado.

- Relatórios downstream:

A mudança para o IFRS poderá também ter como resultado, alterações na quantidade de organizações firmes, estruturas definidas e dimensões de demonstrações financeiras. Tudo isso irá demandar ajuste em relação aos sistemas de consolidações. Os modelos de resumos do lado externo irão precisar passar por uma avaliação para que as alterações necessárias sejam encontradas.

9. INFRA-ESTRUTURA DE SISTEMAS DE TECNOLOGIA (TI)

Mudanças nos processos de relatórios financeiros e nas políticas contábeis podem causar grande impacto nos sistemas financeiros, exigir ajustes nas interfaces existentes e nos bancos de dados subjacentes para suportar as informações financeiras de acordo com o IFRS. É necessária uma reestruturação no setor de TI para a implantação desse novo modelo. A transição pode servir como um filtro de oportunidades de melhorias nos sistemas e processos e exigir mudanças no plano de contas. O balancete precisará acomodar múltiplos livros contábeis e a manutenção dos livros contábeis exigirá um planejamento para não se perder durante a transição.

Os atuais sistemas podem não se adequar as exigências do IFRS, assim os requisitos relativos às informações financeiras devem ser identificados e o impacto desses sobre os modelos de dados já existentes deve ser analisado. Então, os modelos de relatórios externos irão necessitar de uma avaliação para que sejam identificadas as mudanças necessárias.

10. QUESTÕES ORGANIZACIONAIS

Em relação às questões nas mudanças organizacionais, também se faz necessária a elaboração de um planejamento, uma comunicação e capacitação da empresa como uma única peça. As questões organizacionais, se bem estruturadas, podem facilitar significativamente o caminho para a adoção da IFRS.



- Prontidão organizacional (*readiness*):

A empresa deve estar preparada para aderir a esse novo processo. A comunicação interna, atividades de conscientização envolvendo a todos os funcionários do setor, ou seja, não somente aos funcionários da área de contabilidade, mas entendendo ao outros também, *workshops*, devem ser questões levadas em conta.

- Comunicação com as partes interessadas (*stakeholders*):

No processo de conversão para o IFRS é útil prever as necessidades de informação e comunicação de partes interessadas externas, incluindo o conselho de administração, acionistas, credores e analistas, entre outros.

Podendo haver uma grande diferença entre o modelo atual e o IFRS, grandes impactos sobre os sistemas de informação podem vir a ocorrer com a implantação deste último. Ele pode ter amplas implicações em sistemas de *front-end*, razão geral, razão auxiliar e aplicativos de elaboração dos relatórios, os quais podem precisar de avaliação como parte de análise de impacto. Os atuais sistemas definidos deverão se alinhar as exigências do IFRS. O conhecimento a respeito das partes que sofrerão impactos e a avaliação das necessidades de informação, são alguns passos importantes ao longo do processo de implementação.

Então se faz necessário estabelecer um plano, este tendo como objetivo abordar as necessidades de treinamento e comunicação de médio e longo prazo aos interessados. Para a conversão também se torna necessário a elaboração de um cronograma para que o cumprimento do programa de conversão seja cuidadoso e resulte em uma estrutura sustentável de elaboração de informações financeiras. Esse cronograma poderá ter um prazo mais longo a ser cumprido tendo em vista a experiência na União Européia, pelos seguintes fatos: pelas demonstrações financeiras comparativas que serão exigidas a partir da adoção, pela implementação de natureza retrospectiva e pela profundidade de muitos dos impactos da conversão.

- As empresas em jogo:

As empresas que irão realizar a conversão para o novo modelo contábil podem começar a tirar algumas vantagens, desenvolvendo uma estratégia de sustentabilidade. Elas devem alavancar o treinamento e a experiência adquirida durante a conversão, assim elas estarão mais bem preparadas. Fica a encargo dos líderes das empresas promoverem uma maior capacitação a respeito do IFRS, uma avaliação das capacitações atuais da empresa para planejar uma melhor forma de implantação desse novo modelo.

Há um verdadeiro movimento no Brasil a favor do IFRS. Ele está em muitas manchetes e é freqüentemente discutido pelos profissionais da área. Alguns dos fatores que o estão levando a esse patamar são as atividades regulatórias, a promessa de eficiência e transparência das informações financeiras, as forças de mercado entre vários outros.

11. IFRS 8 – SEGMENTOS OPERACIONAIS

Em relação aos segmentos operacionais, há uma ênfase nos relatórios utilizados pela alta administração, como a empresa é administrada e como são gerenciados os riscos inerentes de cada segmento que a empresa considera chave ou relevante.

Há divulgação dos dados contábeis pelas empresas deve ser algo de extrema cautela, porque qualquer erro que venha a ocorrer pode causar um enorme impacto negativo para as empresas. Uma operação de segmentos representa parte da operação de uma empresa, então se faz necessário identificar alguns itens:



- É necessário que contenham explicações das atividades que geram receitas e despesas relacionadas com as atividades normais da empresa;
- Deve ser avaliada pela alta administração para a tomada de decisão, identificação de risco e análise de desempenho as informações financeiras, sendo essas confiáveis e entendíveis.

Uma empresa pode ter um ou mais segmentos embora existam empresas que possuam um único segmento. Os segmentos dentro de uma determinada empresa podem ter algumas semelhanças e características. Eles são semelhantes quando possuem a mesma natureza e serviços, o mesmo alvo de consumidores e serviços, o mesmo tipo de produto de produção e a mesma logística de distribuição para o mercado. Porém, algum outro tipo de agrupamento pode ser utilizado para determinar um segmento de outra empresa específica.

Uma empresa deve divulgar informações que sejam úteis para os usuários identificarem o tipo de negócio, atividades, operações da empresa, economia em que a empresa está operando, riscos implícitos nas operações, entre outros fatores que a alta administração achar interessante e necessário que os usuários tenham conhecimento. (IFRS 8 – Segmentos Operacionais, 2009, pág. 7).

O IFRS 8 é aplicável para empresas que atuam no setor de bolsas de valores como método de contabilidade oficial. Ele requer que sejam divulgados os valores utilizados para tomadas de decisões pela alta administração.

Para análises da alta administração é necessário que a empresa demonstre como foram determinados os segmentos dos produtos e serviços. Devem estar incluídos no mínimo 75% das receitas da empresa entre os segmentos divulgados. Os relatórios gerenciais emitidos pelas empresas refletem como realmente é gerenciado o negócio. O IFRS 8 proporciona uma significado sobre os ativos econômicos e financeiros e a real situação da empresa. Isso propicia aos investidores informações das quais a alta administração utiliza para tomada de decisões, com isso diminuiria o risco de especuladores no mercado.

Em relação às pequenas empresas, mesmo aquelas que possuem um único cliente ou um único produto, podem ter uma diferente informação de segmentação em relação ao que é solicitado as grandes empresas. O questionamento das pequenas seria que elas passariam a informações confidenciais para o mercado, sendo essas de importância estratégica. Segundo o IFRS, as empresas que querem abrir o capital devem passar informações para os investidores sobre como são feitas a administração de riscos e a tomada de decisão sem exceção. Usuários de relatórios financeiros e contadores serão os mais beneficiados em relação as informações segmentadas descritas no IFRS 8, pois este facilitará a comparabilidade entre as empresas.

Ele também divulga informações mais relevantes para os acionistas, pela qualidade e quantidade de informações contidas em seus relatórios.

O IFRS 8 beneficia o entendimento do negócio como um todo, e comparações com outros segmentos podem ser feitas através de índices de crescimento, rentabilidade, endividamento, entre outros. (IFRS 8 – Segmentos Operacionais, 2009, pág. 20).



O custo para sua elaboração se certamente menor em relação ao custo para elaboração dos relatórios atuais, pois as informações já estão prontas, assim necessita-se somente da conciliação com os relatórios financeiros.

O ponto negativo é que este não possui nenhum mecanismo para diferenciar pequenas, médias e grandes empresas, conseqüentemente deixando as pequenas desprotegidas ao divulgarem seu segmento e clientes.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo sendo obrigatória a convergência para o novo modelo contábil internacional, o IFRS, as empresas não poderão fugir das muitas obrigações que lhes serão impostas durante esse processo e se fará necessário manter um controle cauteloso durante este. Porém, essa padronização das normas contábeis trará também muitas vantagens a essas, pelo fato delas estarem se integrando a um novo conceito de linguagem global, o que vai permitir as empresas e aos investidores acessos em mercados múltiplos e internacionais.

As empresas, após a implementação do novo modelo, terão uma reduzida complexidade, uma maior transparência, uma maior comparabilidade e eficiência em suas demonstrações e serão eliminados sistemas contábeis divergentes. Também haverá melhoras substanciais no cumprimento das atividades financeiras, nos controles e ajudará a reduzir gastos.

A elaboração de uma lista com os acontecimentos fiscais e organizar uma lista de oportunidades, criando um planejamento de abordagem aos assuntos tributários de mudança para o IFRS, serão de grande importância para tomar para si as despesas fiscais relacionadas aos ganhos associados à essa conversão. Assim, espera-se como conseqüência, um rendimento satisfatório e melhoras dos sistemas internos das organizações.

Uma reestruturação no setor de TI poderá servir como um filtro de oportunidades de melhorias nos sistemas e processos. Já em relação às questões organizacionais é necessária uma elaboração de um planejamento, além de uma comunicação e capacitação da própria empresa e dos responsáveis envolvidos.

13. REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação.** Rio de Janeiro, 2003.

ABNT. **NBR6023: informação e documentação: elaboração: referências.** Rio de Janeiro, 2002.

ABNT. **NBR6024: Informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento.** Rio de Janeiro, 2003.

ABNT. **NBR6028: resumos.** Rio de Janeiro, 2003.

ABNT. **NBR10520: informação e documentação: citação em documentos.** Rio de Janeiro, 2002.

ABNT. **NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação.** Rio de Janeiro, 2002.

ANDRADE, Denise. **Entenda o que é IFRS.** Disponível em <<http://www.mbatreinamentos.com.br/carrega-artigo.php?id=15>>. Acesso em 4 de maio de 2011.

ASPR AUDITORIA E CONSULTORIA. **Saiba o que muda com as novas regras de contabilidade.** Disponível em <http://www.difundir.com.br/site/c_mostra_release.php?emp=1935&num_release=26083&ori=E>. Acesso em 19 de maio de 2011.



AZEVEDO, Israel Belo. **O prazer da produção científica: descubra como é fácil e agradável elaborar trabalhos acadêmicos.** 10.ed. São Paulo: Hagnos, 2001.

CONRADO, Fábio. **Diferenças das normas contábeis brasileiras e das IFRS.** Disponível em <http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_10320/artigo_sobre_diferencas_das_normas_contabeis_brasileiras_e_das_ifrs>. Acesso em 19 de maio de 2011.

CONTABILIDADE FINANCEIRA. **IFRS no Brasil.** Disponível em <<http://contabilidadefinanceira.blogspot.com/2010/10/ifrs-no-brasil.html>>. Acesso em 27 de maio de 2011.

CRISTÓVÃO, Pereira. **O que é IFRS?** Disponível em <<http://crisovaopereira.blogspot.com/2008/06/o-que-ifrs.html>>. Acesso em 4 de maio de 2011.

DELOITTE. **What is IFRS?** Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=SgKKcV2Mv3E>>. Acesso em 2 de jun. de 2011.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Artigos Científicos.** São Paulo: Editora Avercamp, 2004.

KPMG. **Conversão para IFRS.** Disponível em <http://www.kpmg.com.br/publicacoes/conversao_para_IFRS.pdf>. Acesso em 2 de jun. de 2011.

MOURAD, Nabil Ahmad. **IFRS 8 – Segmentos operacionais.** São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.

OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP Nº 01/2005. **Diferenças entre os procedimentos contábeis nacionais e os internacionais.** Disponível em <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/diferencasentreosprocedimentos.htm>>. Acesso em 19 de maio de 2011.

PWC. **IFRS Brasil.** Disponível em <<http://www.pwc.com/br/pt/ifrs-brasil>>. Acesso em 2 de jun. de 2011.

SETECO CONSULTORIA CONTÁBIL. **O que muda na sua empresa com o IFRS?** Disponível em <<http://www.seteco.com.br/midia/list.asp?id=4646>>. Acesso em 19 de maio de 2011.

SEVILHA CONTABILIDADE. **Estrutura do balanço e impactos do IFRS.** Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=G2EhQpLxiYE>>. Acesso em 4 de maio de 2011.

SEVILHA CONTABILIDADE. **IFRS Pequenas e médias empresas.** Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=5gDjlTMgHNS>>. Acesso em 4 de maio de 2011.

TOHMATSU, Deloitte Touche. **O Brasil na convergência, Um guia prático para a adoção do IFRS.** Disponível em <<http://www.iasplus.com/americas/0902brazilpracticalguide.pdf>>. Acesso em 27 de maio de 2011.

TOHMATSU, Deloitte Touche. **Os impactos da convergência contábil.** Disponível em <http://www.deloitte.com/view/pt_BR/br/article/a9110785a520e110VgnVCM100000ba42f00aRCRD.htm>. Acesso em 2 de jun. de 2011.

WIKIPÉDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. **Normas Internacionais de Contabilidade.** Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Normas_internacionais_de_contabilidade>. Acesso em 4 de maio de 2011.